PREFÁCIO

LUÍS MIGUEL DUARTE

ONDE DIZ «CALDEIREIRO» LEIA-SE «CAVALEIRO»

À memória do Pedro Lains, amigo

Tanto quanto sei, é esta a primeira vez que um investigador se atreveu a esboçar uma biografia de um mercador no Portugal da Idade Média tardia e do tempo que se lhe seguiu, ao qual os anglo-saxónicos chamam *Early Modern Ages* e nós, para já, não chamamos nada. Ou, convertendo para reis, de D. Pedro ou D. Fernando até D. João III.

Porque não é interessante ou relevante conhecer o que pudermos da vida dos mercadores desse tempo, nas suas dimensões pessoal e familiar, económica, política e «cívica»? Claro que não. Porque nos faltam as fontes, as informações, e sem isso, poderá haver romances, imponentes estátuas, mas História, nunca. Sabemos bastante bem a documentação que existiu mesmo, mas que não nos chegou; há fontes que podem ter sido escritas, pintadas ou gravadas, mas podem igualmente nunca o terem sido. Em quase todas as áreas, a historiografia está a ultrapassar a fase da lamentação (os amigos que estudam a coroa de Aragão têm tudo! Até têm de mais! E os italianos? E os ingleses? E nós aqui nem sabemos quando nasceu D. Afonso Henriques! Nem onde!), e a passar ao que verdadeiramente interessa: fazer um levantamento exaustivo do que temos, procurar explicações, além das clássicas (o terramoto de 1755 e de muitos outros anteriores, as invasões francesas, o liberalismo), para o facto de muitíssima documentação ter sido pura e simplesmente eliminada, e com umas e outros — as fontes sobreviventes e os silêncios que falam — levar a cabo o nosso trabalho de descrição e de interpretação do passado de Portugal.

Há casos em que, tudo apurado, não nos é possível procurar conhecer o que queríamos. Biografias de mercadores para este período, por exemplo? Ou aparecem mais fontes em arquivos de famílias improváveis ou em arquivos estrangeiros ou, com as teorias e metodologias de que dispomos hoje, não prevejo que se possam escrever, para lá do artigo científico limitado que inventaria as informações de que dispomos sobre alguns deles e lhes tenta dar algum sentido.

O que tem, então, João Martins Ferreira de especial, para que o autor acreditasse que era possível propor um esquisso de biografia? Duas coisas: um número elevado de referências na documentação camarária do Porto do seu tempo, sobretudo nas atas das reuniões da vereação, e um «fundo» documental, o *Fundo João Martins Ferreira*, que apareceu à venda no mercado alfarrabista e que foi adquirido quase integralmente pelo Arquivo Histórico Municipal, com cinco pergaminhos e um caderno a ficarem para o Município da Maia. E também o facto de, nesse fundo, constar o livro de instituição do *morgadio dos Ferreiras*, bem como de uma capela perpétua no Mosteiro de São Domingos. Além de referências esparsas nas chancelarias régias ou nas atas de vereação do Funchal.

No panorama geral da documentação portuguesa do período, é um milagre. E mesmo assim, como Fernando Mouta deixa claro, o que conseguimos apurar é seguramente bastante menos do que o que continuamos a ignorar: quando nasceu, que instrução recebeu e onde? Quando começou a trabalhar, onde e em quê? Assentou praça como mercador? Como progrediu? Como e porque diversificou os seus negócios, e a quem se foi associando? Como investiu tudo o que ganhou? Como preparou a sucessão no seu trabalho? Pois se Fernando Mouta está praticamente certo de que João Martins Ferreira casou três vezes, mas o próprio mercador «ignora» o seu primeiro matrimónio, e surgiram dúvidas no nome de uma dessas esposas!

Uma parte considerável da obra que se segue é construída por deduções: assentes em pressupostos sólidos e bem argumentadas, mas deduções. Prováveis, lógicas, mas hipóteses. Se João Martins Ferreira andou muito pela Madeira, onde era conhecido e muito respeitado na Câmara, por certo, estava bem firmado no trato do «ouro branco». Mas podemos afirmar com certeza absoluta que o mercador portuense comerciou açúcar? Não, nenhum testemunho o refere expressamente. Assim se desenvolve este trabalho: alternando os «vi claramente visto» com os «tudo indica que ele andou por Bruges, mas certezas não temos». Em defesa do historiador, saliento que foi de um escrúpulo científico total: quando tinha informações documentais certas, abonou as suas afirmações com isso; quando não tinha, explicou o que tinha, lembrou que daí para a frente era ele a pensar em voz alta, mas esclarecendo sempre porque propunha as suas hipóteses. Deixou, assim, a quem o ler, a possibilidade de concordar total ou parcialmente com essas hipóteses ou de simplesmente não o acompanhar. No fim de contas, nada de novo: é assim que trabalhamos, os historiadores, desde os nossos primeiros passos.

ISTO DE SE QUERER SER FIDALGO…

Tem muito que se lhe diga e, com frequência, implica que não se diga muito. Um brasão de armas arranja-se com facilidade; há especialistas que os desenham magníficos e por preços em conta. Já para dar umas pinceladas azuis, da cor do meu (e do autor) clube do coração, no vermelhíssimo sangue que me vai correndo nas veias, necessito de maior intervenção, de podar e enxertar com muita precisão a minha árvore genealógica. Há alguns ramos que convém que desapareçam, porque deslustram e embaraçam outros que eu ganharia muito em «acrescentar», mesmo se forçados ou inventados. Os meus verdadeiros antepassados não se ofenderão se me esquecer de um dos seus nomes ou alcunhas, ou se lhes acrescentar outro nome. É tudo por uma boa causa, o prestígio da família e, já agora, o meu. E a que vêm estas reflexões desalinhadas?

Como me explicou a minha amiga e colega Maria de Lurdes Rosa, especialista, entre outros temas, na história do morgadio e em arquivos de família, é praticamente

impossível termos hoje arquivos de mercadores medievais, porque se dispersaram de uma forma natural, a não ser que, para defenderem o seu património e a sua memória depois de morrerem, estes mercadores tenham instituído um *morgadio* com o seu nome e, eventualmente, fundado ao mesmo tempo uma capela perpétua para ali se rezar pela sua memória e das suas famílias pelos tempos fora. Nesse caso, temos o documento de instituição do morgadio, com a lista (mais rica ou mais enxuta) de todas as propriedades, bens e rendas que lhe estavam atribuídos ou, como se dizia, que tinham sido *vinculados*.

Esses documentos eram preciosos para os descendentes, que os guardavam, copiavam e recopiavam, acrescentavam, suprimiam ou emendavam *ad maiorem familiae gloriam*. Não há «bela» sem «senão»: a «bela» é o volume considerável de testemunhos sobre João Martins Ferreira e sua família, devido a este morgadio e à capela dos Ferreira no Convento de São Domingos. O «senão» é grande e múltiplo: para memória futura do fundador, dos seus antepassados e da sua família é vital guardar todos os documentos relativos aos bens imobiliários que sustentam o morgadio e a capela (compras, vendas, trocas, arrendamentos, heranças), como é vital não atrapalhar essa memória com as notas de algum tanoeiro ou caldeireiro; o pai de João Martins Ferreira era artista deste último ofício; e os livros de contas e a correspondência de um mercador não têm qualquer importância; a prazo, poderão mesmo ser incómodos, quando se realçar o serviço das armas e à coroa, esquecendo o tempo em que se carregavam pipas e se marralhavam preços.

Quer dizer: ainda segundo Lurdes Rosa, a quem estou muito grato pela ajuda e pela paciência, em primeiro lugar, é possível que surja ainda um ou outro fundo semelhante ao de João Martins Ferreira em grandes arquivos familiares que estão já identificados, mas não estudados (e que, à primeira vista, pareceriam nada ter que ver com uma família de mercadores medievais do Porto, de Lisboa ou de Évora, por exemplo); em segundo lugar, se tal acontecer, não devemos voltar a sentir a deceção do contacto inicial com o *Fundo João Martins Ferreira*, quando constatámos que não havia praticamente nada sobre os negócios do mercador, mas prazos, compras e vendas, com frequência envolvendo nomes cuja relação com o próprio mercador nos escapa. A documentação dos morgadios integra títulos sobre casas, terras ou moinhos, mas não escritos de mercancia.

Por isso, Fernando Mouta teve tanto trabalho a estimar datas críticas para o nascimento de João Martins Ferreira, a reconstituir, com segurança, pais, irmãos e irmãs, os seus tios e primos, as suas esposas (tarefa surpreendentemente espinhosa, já o referi); conhecer-lhe os filhos foi mais fácil, porque foram registados em livros que tratam de nobres e suas famílias. Por isso, não sabemos verdadeiramente como se desenrolou, passo a passo, a sua vida de mercador: nem sequer que negócios tinha ao certo na Madeira, nem se esteve de facto em Lisboa (o autor escreve, e subscrevo,

uma fórmula com que os historiadores se sentem bastante desconfortáveis: «tinha de ter estado»; repete a fórmula para Bruges). E caso tenha estado, pessoalmente ou pelos seus sócios ou criados, que negócios realmente fez: o que importou, o que exportou, o que transportou, o que comprou e vendeu, se tinha seguros, como se foi financiando.

E como aplicava os seus lucros: em propriedades, em terras, em prédios urbanos, uma parte muito considerável (a maior? Não sabemos). E os outros? Investia-os no seu comércio, experimentava outras direções? A constituição de um património imobiliário, em especial quando muito grande, como este, lucraria com uma reflexão mais profunda. Ter terras e casas, moinhos, fornos e lagares, garante segurança financeira (ainda hoje) e muito prestígio. Como Armindo de Sousa explicou, a propósito do Cabido do Porto, ser senhorio de muitos vizinhos da cidade era um capital social poderosíssimo, com muita gente a «depender» do senhorio, a «dever-lhe» algo além da renda. Depois dos grandes proprietários institucionais (bispo, Cabido da Sé, Câmara — diretamente ou através dos hospitais que administrava, mais tarde, Misericórdia), João Martins Ferreira estava, por certo, entre os particulares que mais propriedades tinha na cidade; isso não se contabiliza, mas conta muito, e para quase tudo. E está por confirmar se as rendas dessas propriedades eram um investimento muito menos atrativo e com um retorno claramente inferior ao de investimentos de outro tipo (quais? Na indústria? Nos câmbios? Em mais comércio? A emprestar dinheiro?).

Interessante começo, o do pai, caldeireiro. Trabalhando, diríamos hoje, na fileira dos metais, foi possivelmente enriquecendo, alargando os seus contactos na compra, venda e transformação desses metais e, para o fim da vida, já é referido como mercador. Se o foi (tenho dúvidas), acredito que o fez sem cortar minimamente com o mundo dos ofícios e, sobretudo, do seu. Uma vez mais, possível e provável, mas não garantido. E deixou muita coisa ao filho e às filhas: uma herança vultuosa em dinheiro, parte da qual seria integrada na constituição do futuro morgadio, mas também aprendizagens, saberes, contactos, informações, respeito — capital sem preço. Depois do cavaleiro-mercador, de Vitorino Magalhães Godinho, temos um caldeireiro-mercador no Porto. Fernando Mouta propõe, com felicidade, o mercador-cavaleiro, ou seja, o homem da mercancia que, graças à sua riqueza, ascendeu à nobreza, subindo os degraus habituais no tempo.

O autor escolheu a estrutura que melhor lhe pareceu servir os objetivos científicos do seu trabalho. Começou pela «dimensão económica» e tentou conhecer *o mercador*: por deduções sucessivas e sólidas, associa-o ao comércio do ferro (tem, e não devia, uma balança de pesar ferro em casa — seria já do pai? É filho de um caldeireiro…), do açúcar da Madeira, do vinho. João Martins Ferreira já era rico quando começou a sua atividade ou, pelo menos, bastante desafogado, e, depois,

foi sempre a subir, não se lhe conhecendo nenhuma tragédia marítima ou desastre comercial que abalassem os fundamentos dos seus estatuto e património.

Cedo ganha um distinto estatuto social e profissional no Porto, mas, provavelmente, também em Lisboa e, seguramente, na Madeira. É solenemente convidado pelas elites da ilha para uma reunião da vereação do Funchal. A urbe quer ter, como todas as cidades de respeito, a sua procissão do Corpo de Deus, na qual desfilam, por ordem crescente de prestígio, todas as atividades e forças vivas da terra: começa com os trabalhadores de mesteres «desagradáveis» e vai subindo. A fechar está o bispo e, à frente deste, os cónegos do Cabido. Segue-se a vereação, o andor do Corpo de Deus e, colados a este, os mercadores e os ourives. Na ordem social que se dá a ver a quem assiste e que se pretende natural e eterna, no cume da pirâmide social estão, portanto, os mercadores. É isso o que lhe perguntam na reunião. E João Martins Ferreira, sábio, experiente e viajado, descreve-lhes ao pormenor como se faz — em Lisboa. Porque não usou o exemplo do Porto, que conhece como ninguém, e que não ficaria a dever nada ao da capital? Precisamente por isso, porque o que descreve é o da *capital*, com arcebispo e a corte por perto. Esta intervenção é, a meu ver, a que melhor espelha o prestígio que o mercador adquirira a nível nacional.

Fica ainda tanto por responder… Se teve sócios, portugueses ou estrangeiros, e como trabalhou com eles; se a nau *Ferreira*, fundeada no Douro, era dele ou da sua família, se se dedicava ao transporte de ferro e daí o nome, ou as duas coisas. Se teve produção própria para o mercado (parece que sim, de vinho), qual era o coração dos seus negócios, se andou ao frete, se alguma vez se aventurou pelo Mediterrâneo, ele que ligamos mais facilmente a Bruges e ao ferro da Biscaia.

UM PROCURADOR COMO DEUS MANDA

A sua atividade no governo do Porto é avassaladora. Primeira sensação: João Martins Ferreira já não precisa, ou precisa pouco, de cargos camarários para se promover. Já tem dinheiro, negócio e fama que cheguem e sobrem. O regimento da sua cidade não tinha tempo para ele. Seria um mau negócio e impedia-o de fazer os seus bons negócios.

É «eleito» (se podemos chamar eleições aos viciadíssimos arremedos de sorteio para os vários cargos concelhios) procurador do Porto em 1486, no dia tradicional para essa escolha: o dia de São João. Está na Madeira: junho e julho são os meses altos da produção do açúcar mais branco e mais caro, cozido duas vezes, como o biscoito. É lá que o mercador tem de estar, por esses dias. Toma posse, já sob a ameaça de uma multa, dois meses depois (!), no final de agosto. E a ideia com que ficamos é a seguinte: *Eu não pedi para ser procurador nem tenho vontade de o ser, porque só me atrapalha e faz-me perder dinheiro. Mas querem mesmo que*

seja? Então, vou-vos mostrar o que deve ser um procurador a sério e como deve ser governada esta cidade.

E assim fez: entrou à bruta, reformador. Acaba-se o absentismo camarário. Quem não estiver sentado no Paço da Relação às oito da manhã, nos dias de reunião ordinária ou extraordinária, paga uma multa a doer. Quem escrever ao rei a pedir uma carta para obter um dos ofícios concelhios é expulso de vizinho. A coroa não pode escolher nomes para lugares que são da nomeação do concelho. A fiscalização das contas apertou. Os documentos sem preço guardados na Arca do Concelho estavam descuidados e mal protegidos. Era preciso fazer obras na Casa da Câmara. Quem fosse contra ficava responsável por qualquer prejuízo resultante do extravio de alguns desses documentos. Isto é só um resumo: a sua primeira intervenção numa reunião municipal como procurador da cidade é, em poucas palavras, um «programa de governo da cidade do Porto», por João Martins Ferreira.

Entradas de leão, saídas de mercador, que, pouco depois, pelas exigências da sua profissão, começa a faltar à Câmara com regularidade, como os outros. Mas nunca mais se afastará totalmente: de forma sugestiva, servirá cinco meses como almotacé, em diversos anos. O cargo é partilhado com um parceiro, dá muito trabalho, mas permite-lhe acompanhar de perto e intervir diretamente em aspetos vitais da produção, da distribuição e do consumo (em 1488, é um dos responsáveis por elaborar uma tabela com a taxa dos ofícios mecânicos). Foi, por duas vezes, vereador «eleito» e, durante um ano, camarário juiz. Há tarefas francamente maçadoras, e ocupam demasiado tempo, que ele recusa; tem mais que fazer: está a armar um barco para a Madeira. Mas não se furta a elaborar ou controlar livros de contas, róis de fruta. E como nota Fernando Mouta, não escapa a conflitos de interesse, quando tenta votar um alvará sobre os «vinhos vermelhos», ele que, nesse ano, era rendeiro da «entrada dos vinhos brancos». Em junho de 1515, parece despedir-se do governo da cidade, ao entregar, em sessão camarária, o selo grande e o sinete do concelho. Terá encerrado simbolicamente como chanceler — cargo de muito prestígio e reduzida utilidade — a sua carreira autárquica?

NÃO FOI NOBRE, MAS O FILHO SIM

Fernando Mouta dedica uma parte muito significativa da sua investigação a tentar perceber qual foi o percurso deste homem e da sua família para a nobilitação. Rapidamente descobre contradições e erros na *Pedatura Lusitana*, de Alão de Morais, ou no *Nobiliário* de Felgueiras Gayo. Escreveu-se que, no fim da sua vida, este mercador já conseguira a sua nobilitação; o autor põe isso em causa, e eu assino por baixo e até arrisco enfatizar: João Martins Ferreira nunca teve nenhum estatuto destes, mesmo nos escalões mais baixos da nobreza. O filho primogénito sim, e sem grandes dúvidas: começa por ser «moço da câmara do Rei», depois aparece como

«cavaleiro da Casa do Rei» e, enfim, «Fidalgo da Casa Real». O neto do caldeireiro do Porto privou com D. Manuel e D. João III. Apenas à custa do trabalho do avô, do pai, dos tios e dos primos. A fazer caldeirões, a comprar e vender açúcar e vinho, a arrendar terras, casas (um terço de casas, um quarto de casas)…

João Martins Ferreira preocupou-se com a sua descendência e com o futuro do seu património. Primeiro morgado, falecendo da vida deste mundo sem ter um filho, o segundo morgado seria um primo (e depois os filhos deste), ou senão um tio, ou ainda um segundo primo, ou finalmente a irmã Clara Ferreira. É que o tempo passava, as mulheres também, e filhos… nada. Até que a terceira, Violante Afonso, o compensou com juros elevados. João Martins Ferreira já não era nada novo, mas como velhos são os trapos, o casal terá dado ao mundo uma dúzia de rebentos (o número não é totalmente seguro): quatro rapazes, talvez oito meninas, que o pai garantiu que casariam bem, socialmente falando, e bem-dotadas.

Nenhum dos quatro filhos lhe seguirá os passos na profissão de mercador. Alcançada a fortuna e, com isso, a fama, tateados os corredores do poder e as alcatifas vermelhas, dedicaram-se a ocupações mais cómodas, menos trabalhosas e, aparentemente, mais prestigiadas. O sucesso da família pode ter sido um dos dramas da História de Portugal: a quantidade de excelentes mercadores que trocaram as suas carreiras por dignidades perto do rei ou nas suas terras natais.

Curioso paradoxo: o documento de instituição do morgado e da capela fúnebre, de 1491, ao mesmo tempo que revela bastantes informações sobre a vida de João Martins Ferreira, omite (e contribui para que sejam esquecidas e, a prazo, eliminadas) muitas mais informações sobre a sua vida e a sua profissão. Com os livros de assento da nobreza, suceder-se-ão os acrescentos e apagamentos pontuais e curiosíssimas criações da escrita. Martim Lourenço, pai do biografado, começa por aparecer como aquilo que é, *caldeireiro*, depois, por artes mágicas de alguma pinga de humidade, a sua profissão é rasurada e apagada, para em seguida surgir emendada para *mercador* e, no final, para *cavaleiro*. Extraordinária metamorfose que Fernando Mouta documenta com a reprodução dos excertos documentais indicados.

E que talvez não fosse aprovada pelo filho, João Martins Ferreira: a sua assinatura, também reproduzida no final, mostra-nos um traço firme, seguro, despachado, com as abreviaturas convenientes nos três nomes e com uma guarda muito simples só com os traços esquerdo e inferior. É um homem habituadíssimo a escrever e a assinar, pelo seu trabalho, mas sem pretensões a parecer, por uma assinatura alatinada ou barroca, aquilo que não é.

Que habita numa enorme casa, na sua cidade, cuja localização não podia ser mais simbólica: fica no cruzamento entre a Rua dos Mercadores e a Rua Nova, essa que D. João I mandou rasgar e erguer do nada, para com as suas rendas resgatar ao bispo do Porto o senhorio da cidade.

Terminado o estudo de João Martins Ferreira? Pelo contrário, arduamente começado, sobre bases muito sólidas. Agora, ainda dá mais vontade de responder a dúvidas, preencher espaços em branco ou a cinzento, procurar mais, descobrir mais. Os historiadores é o que têm.